

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	994.135	987.890
1.01	Ativo Circulante	183.722	192.990
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.801	16.538
1.01.03	Contas a Receber	30.635	20.822
1.01.03.01	Clientes	11.814	12.610
1.01.03.01.01	Revendedores	10.961	11.050
1.01.03.01.02	Consumidores	853	1.560
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.821	8.212
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	18.821	8.212
1.01.04	Estoques	2.112	2.141
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.522	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.522	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	256	188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.396	153.301
1.01.08.03	Outros	102.396	153.301
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.528	1.512
1.01.08.03.02	Outros Créditos	15.718	10.123
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	2.483	6.035
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	73.311	71.990
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	9.356	63.641
1.02	Ativo Não Circulante	810.413	794.900
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	715.422	706.067
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	715.422	706.067
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	11.288	9.400
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	396.390	392.959
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	33.366	29.330
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	274.378	274.378
1.02.02	Investimentos	67.905	61.205
1.02.03	Imobilizado	26.935	27.080
1.02.04	Intangível	151	548
1.02.04.01	Intangíveis	151	548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	994.135	987.890
2.01	Passivo Circulante	83.383	85.529
2.01.02	Fornecedores	5.664	5.027
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.664	5.027
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.646	4.404
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.341	4.010
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	919	974
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	199	212
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.829	1.984
2.01.03.01.05	Outros	394	840
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	150	304
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	150	304
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	155	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	82	90
2.01.03.03.02	ISS	73	0
2.01.05	Outras Obrigações	66.909	65.860
2.01.05.02	Outros	66.909	65.860
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	87
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	13.832	16.693
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.628	7.480
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	172
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	20.080	22.114
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	17.733	8.325
2.01.05.02.09	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	3.811
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	7.379	7.178
2.01.06	Provisões	7.164	10.238
2.01.06.02	Outras Provisões	7.164	10.238
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.164	10.238
2.02	Passivo Não Circulante	214.189	221.807
2.02.02	Outras Obrigações	72.591	71.879
2.02.02.02	Outros	72.591	71.879
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	0	37
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	55.620	54.871
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	93.117	97.649
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.117	97.649
2.02.04	Provisões	48.481	52.279
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.481	52.279
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.001	31.225
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.480	21.054
2.03	Patrimônio Líquido	696.563	680.554
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.703	-8.873
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.319	16.886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.775	73.755	35.022	73.318
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-72.755	-105.522	-35.501	-103.946
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 26)	-72.755	-105.522	-35.501	-103.946
3.03	Resultado Bruto	-35.980	-31.767	-479	-30.628
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.134	6.700	-350	-116
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.134	6.700	-350	-116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-33.846	-25.067	-829	-30.744
3.06	Resultado Financeiro	21.973	42.639	12.840	38.892
3.06.01	Receitas Financeiras	22.446	44.447	13.120	39.494
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 27)	7.807	16.281	9.711	18.996
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 27)	14.639	28.166	3.409	20.498
3.06.02	Despesas Financeiras	-473	-1.808	-280	-602
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 27)	-473	-1.808	-280	-602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.873	17.572	12.011	8.148
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.523	2.004	5.279	-3.064
3.08.01	Corrente	-689	-689	-2.645	-2.645
3.08.02	Diferido	5.212	2.693	7.924	-419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.350	19.576	17.290	5.084
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.350	19.576	17.290	5.084
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,18766	0,49972	0,44140	0,12980
3.99.01.02	PN	-0,20642	0,54969	0,48554	0,14278
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,18766	0,49972	0,44140	0,12980
3.99.02.02	PN	-0,20642	0,54969	0,48554	0,14278

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.350	19.576	17.290	5.084
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-3.567	-5.579	-7.891
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-5.405	-5.579	-7.891
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	1.838	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.350	16.009	11.711	-2.807

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.878	-7.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.351	-19.538
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	19.576	5.084
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-6.700	116
6.01.01.03	Depreciação/amortização	985	938
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	8.305	2.903
6.01.01.05	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.423	8.865
6.01.01.06	Tributos diferidos	-4.532	-2.390
6.01.01.07	Ganhos na alienação de bens e direitos	0	-1.230
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-41.408	-33.824
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.473	12.275
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	796	7.410
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-4.538	1.290
6.01.02.03	Estoques	29	-81
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-68	-134
6.01.02.05	Outras contas a receber	-11.616	10.769
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	61.805	9.311
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-13.157	-12.617
6.01.02.08	Fornecedores	637	-952
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-7.467	-741
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	-3.074	0
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-5.221	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	347	-1.980
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.729	17.545
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.020	-4.584
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-4.036	-2.837
6.02.03	Aquisição de intangível	0	-205
6.02.04	Baixa de imobilizado	2.180	0
6.02.05	Baixa de intangível	397	0
6.02.06	Recebimento de arrendamento financeiro	36.656	35.533
6.02.07	Recebimento da venda de ativo imobilizado	3.552	1.203
6.02.08	Aumento de capital em controlada	0	-11.565
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.588	-5.692
6.03.01	Dividendos pagos	0	-5.692
6.03.02	Mútuo entre partes relacionadas	-4.588	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.263	4.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.538	62.068
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.801	66.658

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.576	-3.567	16.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.576	0	19.576
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	10.703	13.319	696.563

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	22.560	0	57.570	752.671
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	22.560	0	57.570	752.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.084	-7.891	-2.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.084	0	5.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.891	-7.891
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.891	-7.891
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	18.290	5.084	49.679	745.594

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	86.194	84.460
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	81.376	81.697
7.01.02	Outras Receitas	2.005	1.372
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.074	3.379
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.261	-1.988
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.974	-47.037
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.974	-47.037
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.220	37.423
7.04	Retenções	-985	-938
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-985	-938
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.235	36.485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.981	18.880
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.700	-116
7.06.02	Receitas Financeiras	16.281	18.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.216	55.365
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.216	55.365
7.08.01	Pessoal	55.021	41.200
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.485	35.408
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.231	2.889
7.08.01.04	Outros	8.305	2.903
7.08.01.04.01	Entidade de prev.a empregados - Contrib. ao Plano	8.305	2.903
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.570	28.558
7.08.02.01	Federais	18.096	23.844
7.08.02.03	Municipais	4.474	4.714
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-25.951	-19.477
7.08.03.01	Juros	1.808	602
7.08.03.02	Aluguéis	407	419
7.08.03.03	Outras	-28.166	-20.498
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-28.166	-20.498
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.576	5.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.576	5.084

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.095.481	1.094.219
1.01	Ativo Circulante	185.141	197.903
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.669	21.451
1.01.03	Contas a Receber	33.691	20.822
1.01.03.01	Clientes	14.870	12.610
1.01.03.01.01	Revendedores	14.017	11.050
1.01.03.01.02	Consumidores	853	1.560
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.821	8.212
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	18.821	8.212
1.01.04	Estoques	2.112	2.141
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.597	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.597	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	256	188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.816	153.301
1.01.08.03	Outros	97.816	153.301
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.536	1.512
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.130	10.123
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	2.483	6.035
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	73.311	71.990
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	9.356	63.641
1.02	Ativo Não Circulante	910.340	896.316
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	719.009	706.067
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	719.009	706.067
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	14.875	9.400
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	396.390	392.959
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	33.366	29.330
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	274.378	274.378
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	189.790	188.311
1.02.04	Intangível	151	548
1.02.04.01	Intangíveis	151	548

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.095.481	1.094.219
2.01	Passivo Circulante	91.250	91.668
2.01.02	Fornecedores	6.987	8.332
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.987	8.332
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.735	4.605
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.426	4.189
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	986	974
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	214	212
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.829	2.032
2.01.03.01.05	Outros	397	971
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	150	304
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	150	304
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	159	112
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	82	90
2.01.03.03.02	ISS	77	22
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.429	2.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.429	2.959
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.429	2.959
2.01.05	Outras Obrigações	66.935	65.534
2.01.05.02	Outros	66.935	65.534
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	87
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	13.832	16.693
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.633	7.480
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	191	172
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	20.080	22.114
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	17.733	8.325
2.01.05.02.09	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	3.485
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	7.379	7.178
2.01.06	Provisões	7.164	10.238
2.01.06.02	Outras Provisões	7.164	10.238
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.164	10.238
2.02	Passivo Não Circulante	307.668	321.997
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	93.479	100.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	93.479	100.190
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	93.479	100.190
2.02.02	Outras Obrigações	72.591	71.879
2.02.02.02	Outros	72.591	71.879
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	0	37
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	55.620	54.871
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	93.117	97.649
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.117	97.649
2.02.04	Provisões	48.481	52.279
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.481	52.279
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.001	31.225

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.480	21.054
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	696.563	680.554
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.703	-8.873
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.319	16.886

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.440	87.163	35.022	73.318
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.476	-108.374	-35.517	-103.950
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 26)	-75.476	-108.374	-35.517	-103.950
3.03	Resultado Bruto	-32.036	-21.211	-495	-30.632
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-32.036	-21.211	-495	-30.632
3.06	Resultado Financeiro	20.458	39.365	12.507	38.892
3.06.01	Receitas Financeiras	22.865	44.933	12.787	39.494
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 27)	8.226	16.767	9.378	18.996
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 27)	14.639	28.166	3.409	20.498
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.407	-5.568	-280	-602
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 27)	-2.407	-5.568	-280	-602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.578	18.154	12.012	8.260
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.228	1.422	5.278	-3.176
3.08.01	Corrente	-984	-1.271	-2.646	-2.757
3.08.02	Diferido	5.212	2.693	7.924	-419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.350	19.576	17.290	5.084
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.350	19.576	17.290	5.084
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.350	19.576	17.290	5.084
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,18766	0,49972	0,44140	0,12980
3.99.01.02	PN	-0,20642	0,54969	0,48554	0,14278
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,18766	0,49972	0,44140	0,12980
3.99.02.02	PN	-0,20642	0,54969	0,48554	0,14278

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.350	19.576	17.290	5.084
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-3.567	-5.579	-7.891
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-5.405	-5.579	-7.891
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	1.838	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.350	16.009	11.711	-2.807
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.350	16.009	11.711	-2.807

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.886	1.531
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.891	-14.621
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	19.576	5.084
6.01.01.02	Depreciação/amortização	985	938
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	8.305	2.903
6.01.01.04	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.423	8.865
6.01.01.05	Tributos diferidos	-4.532	-2.390
6.01.01.06	Ganhos na alienação de bens e direitos	0	-1.230
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos	3.760	5.033
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-41.408	-33.824
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.005	16.152
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.260	7.410
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-4.621	1.169
6.01.02.03	Estoques	29	-81
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-68	-134
6.01.02.05	Outras contas a receber	-16.204	10.537
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	58.218	9.311
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-13.157	-12.617
6.01.02.08	Fornecedores	-1.345	3.028
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-7.253	-491
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	-3.074	0
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-5.221	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	4.961	-1.980
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	34.105	-15.858
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4.644	-49.552
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-4.036	-2.837
6.02.03	Aquisição de intangível	0	-205
6.02.04	Baixa de imobilizado	2.180	0
6.02.05	Baixa de intangível	397	0
6.02.06	Recebimento de arrendamento financeiro	36.656	35.533
6.02.07	Recebimento da venda de ativo imobilizado	3.552	1.203
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.001	14.308
6.03.01	Dividendos pagos	0	-5.692
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	0	20.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-7.001	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25.218	-19
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.451	80.708
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.669	80.689

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.576	-3.567	16.009	0	16.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.576	0	19.576	0	19.576
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	10.703	13.319	696.563	0	696.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	22.560	0	57.570	752.671	0	752.671
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	22.560	0	57.570	752.671	0	752.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.084	-7.891	-2.807	0	-2.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.084	0	5.084	0	5.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.891	-7.891	0	-7.891
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.891	-7.891	0	-7.891
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	18.290	5.084	49.679	745.594	0	745.594

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	101.698	116.776
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.292	81.697
7.01.02	Outras Receitas	2.005	1.391
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.662	35.676
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.261	-1.988
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.383	-79.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.383	-79.357
7.03	Valor Adicionado Bruto	60.315	37.419
7.04	Retenções	-985	-938
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-985	-938
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	59.330	36.481
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.768	18.996
7.06.02	Receitas Financeiras	16.768	18.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	76.098	55.477
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	76.098	55.477
7.08.01	Pessoal	55.021	41.200
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.484	35.408
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.231	2.889
7.08.01.04	Outros	8.306	2.903
7.08.01.04.01	Entidade de prev. a empregados - Contrib. ao Plano	8.306	2.903
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.689	28.670
7.08.02.01	Federais	19.215	23.956
7.08.02.03	Municipais	4.474	4.714
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-22.188	-19.477
7.08.03.01	Juros	5.568	602
7.08.03.02	Aluguéis	410	419
7.08.03.03	Outras	-28.166	-20.498
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-28.166	-20.498
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.576	5.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.576	5.084

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Receita Operacional Líquida no 2º trimestre de 2015 alcançou R\$ 43,4 milhões (R\$ 35,0 milhões em 2014 – Nota 25.1), acréscimo de 24% em decorrência do reajuste nos contratos de venda de energia elétrica pelo regime de cotas e da receita de Suprimento de Energia (Leilão) de sua subsidiária integral, a Empresa Pirapora Energia S.A..

Houve acréscimo nos Custos e nas Despesas Operacionais (R\$ 75,5 milhões em 2015 e R\$ 35,5 milhões em 2014 – Nota 26.1), destacam-se: (i) acréscimos nas Despesas com Pessoal oriundo dos desembolsos com rescisões de contratos de empregados; de indenizações advindas de acordo homologado na Justiça do Trabalho e (ii) nos serviços prestados por terceiros, com destaque para a contratação de empresa especialista em assuntos ambientais para a remoção e destinação do lodo oriundo do projeto “flotação” no Rio Pinheiros.

A contrapartida entre as receitas e os custos/despesas operacionais do trimestre atingiu Resultado Bruto negativo de R\$ 32,0 milhões (-R\$ 0,5 milhões em 2014).

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 20,5 milhões (R\$ 12,5 milhões em 2014 – Nota 27.1), com aumento de 61,14% comparado ao mesmo período de 2014. Contribuiu, principalmente, a variação monetária do contrato de arrendamento da UTE Piratininga indexado ao IGP-M.

O Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro no 2º trimestre apresentou o prejuízo de R\$ 11,6 milhões (lucro de R\$ 12,0 milhões em 2014).

Após a apropriação das despesas com o Imposto de Renda; a Contribuição Social sobre o Lucro e pela reversão dos impostos diferidos, a Companhia apurou no 2º trimestre de 2015 prejuízo consolidado de R\$ 7,4 milhões (Lucro consolidado de R\$ 17,3 milhões em 2014).

Dessa forma, o resultado agregado do 1º semestre de 2015 apresentou lucro líquido de R\$ 19,6 milhões, superior ao lucro líquido de mesmo períodos de 2014, que foi R\$ 5,1 milhões.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE", ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora") A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras foram concluídas no mês de dezembro de 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Notas Explicativas

Os valores das cotas alocados para a EMAE representam a Receita Anual de Geração, que são mensalmente contabilizados e recebidos em 1/12 avos. A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com eficácia a partir de 01/01/2013 e prazo de vigência de 30 (trinta) anos, introduziu a Receita Anual de Geração - RAG, cujo valor corresponde a remuneração pela disponibilização de potência e garantia física de energia, em regime de cotas, para cada uma das usinas hidroelétricas.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 5 de agosto de 2015.

2.2 Moeda funcional

Estas informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas Explicativas

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
- **Nota explicativa 14** - Ativo reversível da concessão
- **Nota explicativa 19** - Entidade de previdência a empregados
- **Nota explicativa 21** - Provisão para custos socioambientais
- **Nota explicativa 22** - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29 - instrumentos financeiros.**

As informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

2.4 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais se pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais, para os quais haja informação financeira individualizada disponível, são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho. O principal tomador de decisão é a Diretoria Colegiada, coordenada pelo Diretor Presidente.

Os serviços são prestados unicamente no segmento de geração de energia utilizando-se uma rede integrada, e as operações são gerenciadas em base consolidadas.

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às informações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2014.

3. RECLASSIFICAÇÕES ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS POR RETIFICAÇÃO DE ERRO

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, originalmente emitidas em 09 de maio de 2014 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS 8/ CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa (IAS 8) e retificação de erro, por não apresentar os efeitos decorrentes da adoção do ICPC 01/ IFRIC 12 – Contratos de concessão e com base no Decreto nº 7.850 de 30 de novembro de 2012, a Companhia, a partir de 30 de junho de 2014, reclassificou uma parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e outra parcela do ativo imobilizado para o ativo financeiro da concessão, dessa forma houve a reversão da depreciação dos referidos ativos e também o reconhecimento da receita e custo de construção, além de outras alterações para melhor apresentação. Consequentemente, as informações financeiras em 30/06/2014 apresentadas para fins de comparação foram corrigidas.

Notas Explicativas

Abaixo, demonstramos a reconciliação das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado:

3.1 Reconciliação da Demonstração de Resultado em 30 de junho de 2014

	Controladora			Consolidado		
	30.06.14			30.06.14		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	70.213	3.105	73.318	70.213	3.105	73.318
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(109.997)	6.051	(103.946)	(110.020)	6.070	(103.950)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO.....	(39.784)	9.156	(30.628)	(39.807)	9.175	(30.632)
Custo do serviço prestado a terceiros.....	(148)	148	-	(148)	148	-
Outras receitas e despesas.....	1.256	(1.256)	-	1.391	(1.391)	-
Equivalência patrimonial em controlada.....	-	(116)	(116)	-	-	-
	1.108	(1.224)	(116)	1.243	(1.243)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	(38.676)	7.932	(30.744)	(38.564)	7.932	(30.632)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas.....	18.996	-	18.996	18.996	-	18.996
Despesas.....	(602)	-	(602)	(602)	-	(602)
Variações monetárias líquidas.....	18.742	1.756	20.498	18.742	1.756	20.498
	37.136	1.756	38.892	37.136	1.756	38.892
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(1.540)	9.688	8.148	(1.428)	9.688	8.260
Correntes.....	(2.645)	-	(2.645)	(2.757)	-	(2.757)
Diferidos.....	(419)	-	(419)	(419)	-	(419)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO.....	(4.604)	9.688	5.084	(4.604)	9.688	5.084
LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A :.....						
Acionistas controladores.....	(4.604)	9.688	5.084	(4.604)	9.688	5.084
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR:.....						
Ação preferencial.....	R\$ (0,11753)	R\$ 0,26031	R\$ 0,14278	R\$ (0,11753)	R\$ 0,26031	R\$ 0,14278
Ação ordinária.....	R\$ (0,12928)	R\$ 0,25908	R\$ 0,12980	R\$ (0,12928)	R\$ 0,25908	R\$ 0,12980

3.2 Reconciliação da Demonstração de Outros Resultados Abrangentes em 30 de junho de 2014

	Controladora e Consolidado		
	30.06.14		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Demonstração dos resultados abrangentes			
Prejuízo do período	(4.604)	9.688	5.084
Ajuste de avaliação atuarial	(7.891)	-	(7.891)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	2.683	2.683
Total do resultado abrangente	(12.495)	12.371	(124)

Notas Explicativas

3.3 Reconciliação da Demonstração do Fluxo de Caixa em 30 de junho de 2014

	Controladora			Consolidado		
	30.06.14			30.06.14		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Atividades operacionais						
Prejuízo do período.....	(4.604)	9.688	5.084	(4.604)	9.688	5.084
Resultado de equivalência patrimonial.....	116	-	116	-	-	-
Depreciação/ amortização.....	10.626	(9.688)	938	10.626	(9.688)	938
Despesa de entidade de plano de previdência.....	-	2.903	2.903	-	2.903	2.903
Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	8.865	-	8.865	8.865	-	8.865
Tributos diferidos.....	419	(2.809)	(2.390)	419	(2.809)	(2.390)
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	(1.230)	-	(1.230)	(1.230)	-	(1.230)
Juros sobre empréstimos.....	-	-	-	-	5.033	5.033
Juros e variações montárias do arrendamento financeiro.....	(26.109)	(7.715)	(33.824)	(21.076)	(12.748)	(33.824)
Variações nos ativos e passivos						
Contas a receber de clientes.....	7.410	-	7.410	7.410	-	7.410
Tributos a recuperar.....	1.290	-	1.290	1.213	(44)	1.169
Estoques.....	(81)	-	(81)	(81)	-	(81)
Despesas antecipadas.....	(134)	-	(134)	(134)	-	(134)
Outras contas a receber.....	5.514	5.255	10.769	(7.661)	18.198	10.537
Cauções e depósitos vinculados.....	8.612	699	9.311	8.612	699	9.311
Contribuições para plano de previdência.....	(21.976)	9.359	(12.617)	(17.995)	5.378	(12.617)
Fornecedores.....	(952)	-	(952)	(952)	3.980	3.028
Folha de pagamento e obrigações sociais.....	(741)	-	(741)	(536)	45	(491)
Outras contas a pagar.....	(1.980)	-	(1.980)	(1.980)	-	(1.980)
Juros pagos com empréstimos.....	(14.955)	7.692	(7.263)	(19.104)	20.635	1.531
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14.955)	7.692	(7.263)	(19.104)	20.635	1.531
Atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado.....	(13)	(4.571)	(4.584)	(32.038)	(17.514)	(49.552)
Aquisição de ativos indenizáveis.....	-	(2.837)	(2.837)	-	(2.837)	(2.837)
Aquisição de intangível.....	-	(205)	(205)	-	(205)	(205)
Baixas no imobilizado.....	9	(9)	-	9	(9)	-
Recebimento de arrendamento financeiro.....	35.533	-	35.533	35.533	-	35.533
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	1.273	(70)	1.203	1.273	(70)	1.203
Aumento de capital em controlada.....	(11.565)	-	(11.565)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	25.237	(7.692)	17.545	4.777	(20.635)	(15.858)
Atividades de financiamento						
Dividendos pagos.....	(5.692)	-	(5.692)	(5.692)	-	(5.692)
Novos empréstimos e financiamentos.....	-	-	-	20.000	-	20.000
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(5.692)	-	(5.692)	14.308	-	14.308
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	62.068	-	62.068	80.708	-	80.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	66.658	-	66.658	80.689	-	80.689

Notas Explicativas

3.4 Reconciliação da Demonstração do Valor Adicionado em 30 de junho de 2014

	Controladora			Consolidado		
	30.06.14			30.06.14		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Receitas operacionais.....	81.697	-	81.697	81.697	-	81.697
Outras receitas.....	1.372	-	1.372	1.391	-	1.391
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(1.988)	-	(1.988)	(1.988)	-	(1.988)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	3.379	-	3.379	3.379	32.297	35.676
	<u>84.460</u>	<u>-</u>	<u>84.460</u>	<u>84.479</u>	<u>32.297</u>	<u>116.776</u>
Menos:						
Insumos						
Energia elétrica comprada para revenda.....	12.630	-	12.630	12.630	-	12.630
Encargos de uso da rede elétrica.....	1.633	-	1.633	1.633	-	1.633
Serviços de terceiros.....	22.650	-	22.650	22.660	4.729	27.389
Materiais.....	2.350	-	2.350	2.350	27.568	29.918
Outros custos operacionais.....	7.774	-	7.774	7.787	-	7.787
	<u>47.037</u>	<u>-</u>	<u>47.037</u>	<u>47.060</u>	<u>32.297</u>	<u>79.357</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	37.423	-	37.423	37.419	-	37.419
TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01.....	-	-	-	-	-	-
DEPRECIÇÃO.....	(10.626)	9.688	(938)	(10.626)	9.688	(938)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	26.797	9.688	36.485	26.793	9.688	36.481
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras.....	18.996	-	18.996	18.996	-	18.996
Equivalência Patrimonial.....	(116)	-	(116)	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.....	(419)	419	-	(419)	419	-
	<u>18.461</u>	<u>419</u>	<u>18.880</u>	<u>18.577</u>	<u>419</u>	<u>18.996</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	45.258	10.107	55.365	45.370	10.107	55.477
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal:						
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	36.555	(1.147)	35.408	36.555	(1.147)	35.408
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano.....	-	2.903	2.903	-	2.903	2.903
F.G.T.S.....	2.889	-	2.889	2.889	-	2.889
	<u>39.444</u>	<u>1.756</u>	<u>41.200</u>	<u>39.444</u>	<u>1.756</u>	<u>41.200</u>
Impostos, taxas e contribuições:						
Encargos setoriais:						
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	2.970	-	2.970	2.970	-	2.970
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	151	-	151	151	-	151
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	702	-	702	702	-	702
	<u>3.823</u>	<u>-</u>	<u>3.823</u>	<u>3.823</u>	<u>-</u>	<u>3.823</u>
Federais:						
Imposto de renda e contribuição social.....	2.645	419	3.064	2.757	419	3.176
COFINS/PIS.....	10.662	-	10.662	10.662	-	10.662
INSS.....	6.295	-	6.295	6.295	-	6.295
	<u>19.602</u>	<u>419</u>	<u>20.021</u>	<u>19.714</u>	<u>419</u>	<u>20.133</u>
Estaduais:						
ICMS.....	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Municipais:						
ISS.....	120	-	120	120	-	120
IPTU.....	4.594	-	4.594	4.594	-	4.594
	<u>4.714</u>	<u>-</u>	<u>4.714</u>	<u>4.714</u>	<u>-</u>	<u>4.714</u>
	<u>28.139</u>	<u>419</u>	<u>28.558</u>	<u>28.251</u>	<u>419</u>	<u>28.670</u>
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e encargos de dívidas.....	602	-	602	602	-	602
Variações monetárias líquidas.....	(18.742)	(1.756)	(20.498)	(18.742)	(1.756)	(20.498)
Arrendamentos e aluguéis.....	419	-	419	419	-	419
	<u>(17.721)</u>	<u>(1.756)</u>	<u>(19.477)</u>	<u>(17.721)</u>	<u>(1.756)</u>	<u>(19.477)</u>
Remuneração de capitais próprios:						
Prejuízo do período.....	(4.604)	9.688	5.084	(4.604)	9.688	5.084
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	45.258	10.107	55.365	45.370	10.107	55.477

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Caixa e bancos conta movimento.....	287	558	287	558
Aplicações financeiras (a).....	43.514	15.980	46.382	20.893
	<u>43.801</u>	<u>16.538</u>	<u>46.669</u>	<u>21.451</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou em 30 de junho de 2015 1,0922% ao mês e em 31 de dezembro de 2014 0,08922% ao mês.

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	10.961	11.050	14.017	11.050
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>853</u>	<u>1.560</u>	<u>853</u>	<u>1.560</u>

6. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de junho de 2015, o saldo a receber é de R\$ 18.821 (R\$ 8.212 em 31 de dezembro de 2014).

7. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Circulante		
Contrato (1)	<u>2.483</u>	<u>6.035</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 4.901,10 m², localizado na Usina Elevatória de Traição, São Paulo, Capital;

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante				
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (a).....	701	691	709	691
Imposto sobre serviços a compensar (b).....	400	400	400	400
INSS a compensar (c).....	181	173	181	173
PIS (d).....	20	20	20	20
COFINS (e).....	92	92	92	92
Outros.....	134	136	134	136
	<u>1.528</u>	<u>1.512</u>	<u>1.536</u>	<u>1.512</u>

- (a) (b) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (c) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços;
- (d) Refere-se a créditos incidentes na base de cálculo do PIS sobre a compra de energia para revenda e encargos de conexão;
- (e) Refere-se a créditos incidentes na base de cálculo do COFINS sobre a compra de energia para revenda e encargos de conexão.

9. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008, cujo prazo de concessão encerra-se em 07 de julho de 2015. O processo de renovação encontra-se para apreço da Diretoria Colegiada da ANEEL, para Deliberação acerca do assunto.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com o advento da transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer a renovação junto à ANEEL em 5 de julho de 2012 e posterior ratificação em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei 12.783, de 13 de janeiro de 2013, aguarda-se manifestação do Poder Concedente. Até a data de emissão das informações financeiras não houve manifestação da ANEEL sobre a renovação da concessão.

Os ativos relacionados a este arrendamento possuem valor líquido contábil de R\$ 92.244 em 30 de junho de 2015 (R\$ 95.176 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia avalia que a renovação da concessão é praticamente certa, contudo, elaborou uma análise do valor a ser indenizado no caso de não renovação da concessão para avaliar qual seria o montante a ser indenizado pelo Poder Concedente conforme determinado na cláusula décima - primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia preparou uma estimativa baseado no valor novo de reposição dos valores dos ativos a serem indenizados em R\$ 396.830 aproximadamente em 30 de junho de 2015. A

Notas Explicativas

Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE, e dessa forma, mesmo que não se tenha a renovação da concessão não deverá haver perdas relevantes a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.15
	Saldo 31.12.14	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	71.990	24.719	13.258	(36.656)	73.311
Não Circulante.....	392.959	(24.719)	28.150	-	396.390
	464.949	-	41.408	(36.656)	469.701

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(145.554)	(158.812)
Variação monetária.....	299.228	271.078
Recebimentos.....	(448.973)	(412.317)
	469.701	464.949

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
De 2016 até 2020.....	232.966
De 2021 até 2024.....	163.424
	396.390

Notas Explicativas

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante				
Serviços em curso (1).....	5.255	5.012	5.255	5.012
Bens destinados a conserto (2).....	9.167	9.752	9.167	9.752
Valores a receber - Energia Livre (3).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Outros créditos (4).....	12.632	5.434	8.044	5.434
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(15.480)	(14.219)	(15.480)	(14.219)
	<u>15.718</u>	<u>10.123</u>	<u>11.130</u>	<u>10.123</u>

- 1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- 2 - Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;
- 3 - Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- 4 - Referem-se a renda da prestação de serviços, créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores;

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

11.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	17.572	8.148	18.154	8.260	17.572	8.148	18.154	8.260
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(4.393)	(2.037)	(4.539)	(2.065)	(1.581)	(733)	(1.634)	(743)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.517)	(2.468)	(2.517)	(2.468)	(906)	(889)	(906)	(889)
Arrendamento UTP.....	2.014	-	2.014	-	725	-	725	-
Outros.....	2.923	2.795	2.923	2.795	802	41	802	41
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	2.101	(4.092)	2.101	(4.092)	756	(1.283)	756	(1.283)
Outros (PAT, incentivos).....	-	602	-	(154)	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	1.458	3.071	1.215	3.774	622	1.929	481	1.908
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	<u>1.586</u>	<u>(2.129)</u>	<u>1.198</u>	<u>(2.210)</u>	<u>418</u>	<u>(935)</u>	<u>224</u>	<u>(966)</u>
Corrente.....	(394)	(1.821)	(782)	(1.902)	(295)	(824)	(489)	(855)
Diferido.....	1.980	(308)	1.980	(308)	713	(111)	713	(111)
Aliquota efetiva.....	9%	26%	7%	27%	2%	11%	1%	12%

Notas Explicativas

11.2 Composição dos saldos dos Impostos Diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2014 (a).....	60.035	60.035	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)...	61.065	60.937	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2015 (c).....	(2.101)	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (d).....	-	-	88.591	93.434
Obrigações fiscais diferidas ORA (e).....	-	-	6.397	6.397
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2014 (a).....	21.613	21.613	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)...	16.555	16.616	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2015 (c).....	(756)	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (d).....	-	-	31.893	33.636
Obrigações fiscais diferidas ORA (e).....	-	-	2.303	2.303
	156.411	159.201	129.184	135.770
Provisão para créditos tributários (f).....	-	(159.201)	(36.067)	(38.121)
	156.411	-	93.117	97.649

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2013, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 9);
- (e) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre o saldo de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- (f) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos.

12. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	9.356	63.641	9.356	63.641
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	11.288	9.400	14.875	9.400
	20.644	73.041	24.231	73.041

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 500 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2014) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 8.856 (R\$ 8.565 em 31 de dezembro de 2014) de outros depósitos vinculados. Em 31 de dezembro de 2014, foi lançado R\$ 55.069 relativo a Garantia Contratual de parcelas do contrato de arrendamento com a Baixada Santista Energia - BSE, para atendimento do Contrato com o BNDES. Com a entrada em operação da PCH Pirapora, a citada garantia foi liberada em 06 de janeiro de 2015, mesma data do retorno do numerário no caixa da Companhia;

Notas Explicativas

- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Ativo financeiro indenizável	33.366	29.330

São classificados nesta conta os investimentos em infraestrutura de geração após 31 de dezembro de 2012 data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação abaixo citada os mesmos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova RAG.

Os serviços públicos de geração de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União. Esse contrato de concessão estabelece os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

A Companhia realizou o cálculo para determinar a nova estimativa de valor dos investimentos para avaliação e incorporação desses ativos no processo de revisão tarifária subsequente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada de investimentos realizados após a renovação da concessão em 2012 classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

As infraestruturas construídas após a renovação da concessão que estavam classificadas como ativos imobilizados serão recuperadas por meio da Receita Anual de Geração - RAG. A RAG é definida pelo poder concedente e homologada pela ANEEL e será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula descrita na nota explicativa nº 29 - (a.8) Risco de Preço.

A cada 5 (cinco) anos a ANEEL procederá à revisão da RAG e do Fator X, que não incluirá os índices de indisponibilidade, a fim de reavaliar os custos eficientes para a prestação do serviço concedido, estimular ganhos de produtividade e considerar investimentos prudentes, conforme regulamentação, sendo que a primeira revisão tarifária será procedida em 1º de julho de 2018 e considerará as informações apresentadas pela Companhia nos termos do art. 15 § 6º, da lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. As revisões subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos após a primeira revisão e para os reajustes anuais que antecederam à primeira revisão, o valor do Fator X, será zero.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual foram de caráter prudencial porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL.

Notas Explicativas

Em 3 de julho de 2014, foi aberta para contribuições a Audiência Pública 031/2014 da ANEEL, essa fase de comentários terminou em 31 de agosto de 2014. O objeto da Audiência Pública 031/2014 é obter subsídios para o aprimoramento da proposta de Regulamentação do § 6º do art. 1º da Lei 12.783/2013 que trata da realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Ainda não houve regulamentação pela ANEEL sobre o tema.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.330
Adições	4.036
Saldo em 30 de junho de 2015	33.366

14. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Ativo reversível da concessão	274.378	274.378

Esse ativo refere-se aos ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013:

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art, 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Com base nesse Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa a investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012 visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

Notas Explicativas

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 296.216 a valor líquido contábil.

No exercício de 2014, a Administração da Companhia revisou as documentações dos ativos reversíveis que serviram como base para o pleito na ANEEL e identificou que certos ativos não seriam passíveis de indenização, dessa forma, a Companhia reduziu seu ativo reversível da concessão por meio de baixa contra o resultado do exercício. Em 30 de junho de 2015 a Companhia não identificou situações que indicasse a necessidade de provisão para redução do valor recuperável dos ativos.

Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	30/06/2015
Complexo UHE Henry Borden	202.998
Usina Porto Góes	7.065
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	274.378

A Administração da Companhia informa que até 30 de junho de 2015 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, quando da homologação dos valores pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia.

15. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2015 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.14	Adições	Baixas	Depreciação do período	Saldo em 30.06.15
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	0,8%	1.228	-	-	(38)	1.190
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	3.244	8	(656)	(653)	1.943
Veículos.....	4,1%	3	-	-	(1)	2
Móveis e Utensílios.....	0,3%	327	-	-	(293)	34
Subtotal.....		11.514	8	(656)	(985)	9.881
Em curso.....		1.508	30	(1.524)		14
Adiantamento a fornecedores.....		14.058	2.982		-	17.040
Total Controladora.....		27.080	3.020	(2.180)	(985)	26.935
Imobilizado em curso - PIRAPORA.....		161.231	1.624	-	-	162.855
Total Consolidado.....		188.311	4.644	(2.180)	(985)	189.790

16. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Circulante		
Folha de pagamento.....	4.184	5.198
Provisão de férias, 13º salário e gratificação de férias.....	6.854	6.543
Encargos sociais sobre férias e 13º salário.....	2.794	4.952
	13.832	16.693

Notas Explicativas

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	919	974	986	974
PIS s/ receitas.....	199	212	214	212
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	150	303	150	303
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.829	2.256	1.829	2.304
IPTU - REFIS (1).....	82	89	82	89
ISS.....	73	30	77	52
Outros.....	394	540	397	671
	<u>3.646</u>	<u>4.404</u>	<u>3.735</u>	<u>4.605</u>
Não circulante				
IPTU - REFIS (1).....	-	37	-	37
	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>37</u>
	<u>3.646</u>	<u>4.441</u>	<u>3.735</u>	<u>4.642</u>

(1) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008;

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 30 de junho de 2015, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 99.908, sendo R\$ 6.429 classificados como passivo de curto prazo (R\$ 2.950 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 93.479 como passivo não circulante (R\$ 103.149 em 31 de dezembro de 2014).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

Os *covenants* quantitativos serão calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A. Anualmente, a controlada precisa apresentar os seguintes índices ao BNDES:

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Notas Explicativas

19. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.06.15		31.12.14	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	20.080	87.040	107.120	108.405
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(31.420)	(31.420)	(31.420)
		<u>20.080</u>	<u>55.620</u>	<u>75.700</u>	<u>76.985</u>

19.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e consolidado				
	31.12.14	30.06.15			
		Amortização	Despesa	CPC 33 (R1)	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	76.985	(13.157)	8.305	3.567	75.700

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a Companhia oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

19.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

Notas Explicativas

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de junho de 2015, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

20. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante				
Reserva Global de Reversão - RGR:				
- Diferença de quotas - 2010 (1).....	34	239	34	239
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	529	473	529	473
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	40	40	45	40
Quota para P&D - FNDCT (3).....	47	90	47	90
Quota para P&D - EPE (3).....	24	45	24	45
P&D - Recursos para projetos (3).....	6.954	6.593	6.954	6.593
	<u>7.628</u>	<u>7.480</u>	<u>7.633</u>	<u>7.480</u>
Não circulante				
Reserva Global de Reversão - RGR:				
- Diferença de quotas - 2011 (2).....	769	769	769	769
	<u>8.397</u>	<u>8.249</u>	<u>8.402</u>	<u>8.249</u>

- (1) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013;
- (2) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL;
- (3) Referem-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para a Companhia de Pesquisa Energética - EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

21. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S - Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 22.

Notas Explicativas

Em 2014 a Companhia efetuou contrato com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo CEAP - FSP no valor de R\$ 1.280 e com a Enfil S/A Controle Ambiental no valor de R\$ 11.845, totalizando um valor de R\$ 13.125. Esses contratos foram firmados para a remoção do lodo que encontra-se no canal do Rio Pinheiros. Durante o segundo trimestre de 2015 houve alguns pagamentos para esse fornecedores conforme demonstrado no mapa de movimentação abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	31.12.14		30.06.15		30.06.15
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	
Circulante e Não Circulante					
Compromissos socioambientais.....	10.238	-	-	(3.074)	7.164

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

	Controladora e Consolidado				
	31.12.14		30.06.15		30.06.15
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	19.686	-	(8.591)	(3.819)	7.276
Diversas.....	11.539	3.186	-	-	14.725
	31.225	3.186	(8.591)	(3.819)	22.001
Cíveis.....	21.054	6.828	-	(1.402)	26.480
	21.054	6.828	-	(1.402)	26.480
	52.279	10.014	(8.591)	(5.221)	48.481

Periculosidade - Contingência de processo trabalhista - periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

Ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários, como substituto processual, na data de 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo registrado sob o nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, tendo, por objeto, a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos 1.008 (hum mil e oito) empregados, então existentes nos quadros da Companhia. A ação fora julgada procedente apenas para 104 empregados do quadro da Companhia. Da referida decisão, foram interpostos Recursos Ordinários pela Companhia e pelo Sindicato autor, tendo sido, porém, mantida a decisão de origem pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Foi interposto recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, encontrando-se o processo ainda pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento. A execução da condenação, conforme determinado em sentença, deverá ser realizada por meio de "liquidação por artigos", que exigirá a realização de perícia complementar, ainda sem data designada. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos nossos assessores jurídicos. Durante o primeiro trimestre de 2015, foram realizados acordos com o total de 48 empregados que integram o processo, os quais foram homologados pelo juízo respectivo, na data de 30 de março de 2015 e com base nesse acordo, a Administração da Companhia reverteu a diferença entre o valor do acordo e a provisão referente aos 48 funcionários no total de R\$ 12.410. Em 30 de junho de 2015, a provisão totaliza R\$ 7.276 (R\$ 19.686 em 31 de dezembro de 2014), sendo que R\$ 3.819 são referentes ao referido acordo com os 48 empregados, cuja liquidação ocorreu em 15 de abril de 2015, e o valor remanescente referente aos demais empregados encontra-se em discussão

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, houve, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

Notas Explicativas

Cíveis - Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo os mais relevantes descritos a seguir:

(i) Em 2014, a Companhia reconheceu provisão referente ao processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Distribuída a ação visando afastar a obrigatoriedade do Despacho nº 288/2002 da ANEEL, foi deferida a liminar para a ANEEL abster-se de impor à AES SUL os efeitos com relação ao desfazimento do balanço financeiro, determinando ainda, que fosse diligenciado junto ao MAE, a fim de comunicar a contabilização, em seu favor, do resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Posteriormente a liminar foi revogada e os autos redistribuídos ao Juízo da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em 25 de outubro de 2002, restabeleceu os efeitos da tutela antecipada, decisão objeto de agravo de instrumento interposto pela ANEEL, ao qual foi negado provimento. Em 10 de outubro de 2008, para cumprimento da liminar deferindo a antecipação de tutela, foi determinada a expedição de mandado de intimação para que as demais operadoras do sistema de energia elétrica despendessem a quantia exigida ainda que não fossem partes na demanda. Após inúmeros incidentes processuais, foi reconsiderada em parte a antecipação de tutela concedida para tornar sem efeito, no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar em favor da AES SUL o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo de 31 de dezembro de 2001, afastando a obrigação de as litisconsortes passivas necessárias depositarem os valores constantes do mapa juntado aos autos. Em 25 de novembro de 2009, foi protocolada contestação, pela EMAE e, em 08 de março de 2010, foi protocolada petição requerendo o julgamento antecipado da lide.

Em 1º de julho de 2011, foi publicada decisão: “A decisão de fl. 7032 foi proferida em razão da inspeção ordinária e por tratar-se de feito da Meta-2, e, ainda, pela ausência, por noventa (90) dias, do eminente juiz substituto. Não há, na capa dos autos, anotação do impedimento do juiz titular, por isso que, inadvertidamente, foi proferida a referida decisão, que ora revogo...”

Em 09 de dezembro de 2011, foi publicado o seguinte despacho: “Indefiro a produção da prova testemunhal... Defiro a prova documental e indefiro a prova pericial... Defiro a prova documental complementar...”

Em 05 de abril de 2012, foi protocolada petição informando que não há novas provas a serem produzidas.

Em 28 de junho de 2012, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico sentença julgando improcedentes os pedidos, ensejando a interposição de recurso de apelação pela Aneel.

Em 31 de agosto de 2012, foi protocolada, pela EMAE, contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, essa decisão em segunda instância fez a Companhia e seus assessores jurídicos revisarem a estimativa em relação a probabilidade de perda do processo, que passou a ser considerada como perda provável desde o primeiro trimestre de 2014.

Em face do v. acórdão, em 17/04/14, foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Há de ressaltar-se que algumas Interessadas já opuseram embargos infringentes. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de junho de 2015 sendo o total da causa de R\$ 17.061 (R\$ 15.276 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Os riscos trabalhistas e cíveis em 30 de junho de 2015, nas suas diferentes espécies, avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro de perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.06.15	31.12.14
Administrativo.....	468	416
Ambiental (i).....	55.916	49.773
Cível.....	13.341	14.319
Trabalhista.....	10.659	11.687
	<u>80.384</u>	<u>76.195</u>

Contingências Possíveis

(i) Ambiental

Referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público.

As partes até então litigantes, em 27 de junho de 2007, se compuseram amigavelmente objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Em razão do acordo celebrado entre as partes, a Egrégia Câmara Especializada do Meio Ambiente, em 30 de julho de 2007, homologou a transação realizada pelas partes, para que produzisse seus regulares efeitos.

Contudo, através de petição protocolada em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no importe de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior.

Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido. Em 31 de março de 2013, a Companhia reavaliou a estimativa de perda do referido processo e passou a avaliar esse processo com probabilidade de perda possível para o desembolso da multa no montante de R\$ 32.833. Em 31 de março de 2013, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo em decorrência da mudança da estimativa da probabilidade de perda de provável para possível.

Periodicamente a EMAE apresentou judicialmente o relatório dos atos praticados no cumprimento do acordo. Em 18/03/15, foi requerido dilação de prazo de 90 dias, para concretização da remoção e destinação do lodo. Intimado a manifestar-se sobre o pleito, o Ministério Público irá avaliar as providências realizadas para, após, emitir seu parecer nos autos (prazo em andamento aguardando manifestação do MP). A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2015 sendo o total da causa de R\$ 52.569 (R\$ 49.772 em 31 de dezembro de 2014).

Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Notas Explicativas

Cível

Os principais processos desta natureza foram movidos pelos autores abaixo:

Fundação CESP - Trata de ação visando a condenação da Companhia no pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos. A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2015 sendo o total da causa de R\$ 11.322 (R\$ 10.332 em 31 de dezembro de 2014).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

23.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía um saldo a receber R\$ 174 (R\$ 0 em 30 de junho de 2015) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

23.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, Companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à Companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em 02/12/2010, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a Companhia solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC - Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.307, de 23/09/1996.

Notas Explicativas

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à Companhia estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo - DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da Companhia na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da Companhia não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga, a qual foi distribuída à 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100 ("Ação de Instituição de Compromisso Arbitral").

Em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem, quais sejam a nomeação do árbitro que julgaria o procedimento arbitral a ser instaurado (Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro) e indicando as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo ("AMCHAM"). Contra a sentença, a SABESP interpôs recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.

Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM ("Procedimento Arbitral").

Em 04/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento nº 0129811-62.2013.8.26.0000, interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido apenas no efeito devolutivo seu recurso de apelação interposto contra a sentença da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral. Tal decisão ocasionou a suspensão do Procedimento Arbitral, o que perdurou até o julgamento que negou provimento ao agravo, ocorrido em 23/10/2013. Contra tal acórdão, foi interposto Recurso Especial pela SABESP, inadmitido pelo Presidente da

Notas Explicativas

Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. O Agravo em Recurso Especial contra tal decisão também foi inadmitido, em decisão já transitada em julgado.

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando a compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - SP.

Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro.

Em 09/10/2013, a Sabesp protocolizou sua contestação nos autos da Ação Billings.

Em 15/10/2013, a Sabesp interpôs o Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, distribuído à 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a decisão que determinou a remessa dos autos da Ação Billings à 5ª Vara Cível do Foro Central. Foi dado provimento ao recurso, em acórdão publicado em 19/12/2013, já transitado em julgado.

Em 16/07/2014, foi publicada decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela parcial realizado pela Companhia nos autos da Ação Billings (relacionado ao rateio imediato dos custos de operação e manutenção do Reservatório Guarapiranga) e determinando que a Companhia apresentasse réplica à contestação da SABESP.

Em 28/07/2014, apresentada réplica da Companhia nos autos da Ação Billings.

Em 16/09/2014, intimadas as partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir nos autos da Ação Billings.

Em 19/09/2014 e em 22/10/2014, foi incluída e posteriormente retirada da pauta de julgamento a apelação interposta pela SABESP na Ação de Instituição de Compromisso Arbitral.

Em 22/09/2014, tanto a Companhia quanto a SABESP requereram a produção de prova pericial técnica nos autos da Ação Billings.

Em 17/04/15, a Companhia tomou ciência da Ação Cautelar nº 0019598-24.2013.8.26.0053 ("Ação de Exibição de Documentos"), ajuizada pela SABESP a fim de exigir que a Companhia exiba documentos relacionados ao Termo de Acordo firmando entre os antecessores da Companhia e da SABESP. Na mesma data, a Companhia apresentou sua contestação.

Em 30/04/2015, foi publicada decisão determinando a remessa dos autos da Ação Billings para o Setor de Conciliação.

Em razão do dever de sigilo a que se submetem as partes no Procedimento Arbitral, não puderam ser informados os andamentos mais detalhados do referido procedimento.

Os processos supracitados, quais sejam, Procedimento Arbitral, Ação de Instituição de Compromisso Arbitral, Ação Billings e Ação de Exibição de Documentos encontram-se suspensos desde 23/06/2015, pelo prazo de 60 dias, a pedido da Companhia e da SABESP, para tratativas de acordo.

Notas Explicativas

23.3 Mútuo com a subsidiária Pirapora

A Companhia no semestre transferiu à sua controlada e subsidiária integral, PIRAPORA ENERGIA, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo tem o prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal IPC-A.

23.4 Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP - Companhia Energética de São Paulo; DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP - Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas chaves:

Categoria da Remuneração	Partes Relacionadas	
	CESP	DAEE
Benefícios de curto prazo.....	111	11

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 30 de junho de 2015 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	530.000	2,38	530.000	1,43
Outros.....	-	-	2.765.462	12,43	2.765.462	7,49
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Notas Explicativas

24.2 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		2º Trimestre	
	Ajustado		Ajustado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (Prejuízo) do período	R\$ 19.576	R\$ 5.084	R\$ (7.350)	R\$ 17.290
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$ 0,49972	R\$ 0,12980	R\$ (0,18766)	R\$ 0,44140
Ação Preferencial.....	R\$ 0,54969	R\$ 0,14278	R\$ (0,20642)	R\$ 0,48554

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

25.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	3.655	5.214	3.655	5.214
Cotas de energia elétrica.....	31.977	28.833	31.977	28.833
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	6.916	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	1.140	2.497	1.140	2.497
Renda da prestação de serviços.....	3.235	3.715	3.235	3.715
Outras receitas.....	1.005	571	1.005	571
Receita de construção ativos próprios.....	3.299	1.531	3.299	1.531
	<u>44.311</u>	<u>42.361</u>	<u>51.227</u>	<u>42.361</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(5.851)	(5.689)	(6.058)	(5.689)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.270)	(1.235)	(1.314)	(1.235)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(90)	(80)	(90)	(80)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(325)	(335)	(325)	(335)
	<u>(7.536)</u>	<u>(7.339)</u>	<u>(7.787)</u>	<u>(7.339)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	36.775	35.022	43.440	35.022

Notas Explicativas

25.2 Conciliação da receita operacional líquida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	7.233	10.285	7.233	10.285
Cotas de energia elétrica.....	63.946	59.522	63.946	59.522
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	13.879	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	2.106	3.250	2.142	3.250
Renda da prestação de serviços.....	6.709	7.908	6.709	7.908
Outras receitas.....	1.382	732	1.382	732
Receita de construção ativos próprios.....	4.036	3.105	4.036	3.105
	<u>85.412</u>	<u>84.802</u>	<u>99.327</u>	<u>84.802</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(8.874)	(8.760)	(9.291)	(8.760)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.926)	(1.902)	(2.016)	(1.902)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(180)	(120)	(180)	(120)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(677)	(702)	(677)	(702)
	<u>(11.657)</u>	<u>(11.484)</u>	<u>(12.164)</u>	<u>(11.484)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>73.755</u>	<u>73.318</u>	<u>87.163</u>	<u>73.318</u>

25.3 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória - MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração - RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

25.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 30 de junho de 2015 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 7.233 (R\$ 10.285 em 30 de junho de 2014). Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

25.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil		MWh (*)		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	17.324	26.339	3.655	5.214	17.324	26.339	3.655	5.214
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	319.374	316.225	31.977	28.833	319.374	316.225	31.977	28.833
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	34.272	-	6.916	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	1.140	2.497	-	-	1.140	2.497
Total.....	<u>336.698</u>	<u>342.564</u>	<u>36.772</u>	<u>36.544</u>	<u>370.970</u>	<u>342.564</u>	<u>43.688</u>	<u>36.544</u>

Notas Explicativas

25.6 Energia Elétrica Vendida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil		MWh (*)		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	34.394	52.057	7.233	10.285	34.394	52.057	7.233	10.285
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	655.386	646.587	63.946	59.522	655.386	646.587	63.946	59.522
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	69.877	-	13.879	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	2.106	3.250	-	-	2.142	3.250
Total.....	689.780	698.644	73.285	73.057	759.657	698.644	87.200	73.057

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoeletrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

25.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Junho

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Petrobras (UTE's).....	2.396	3.514
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	816	-
Outros serviços.....	23	201
	<u>3.235</u>	<u>3.715</u>

25.8 Renda da prestação de serviços para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Petrobras (UTE's).....	5.170	6.815
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.494	-
Outros serviços.....	45	1.093
	<u>6.709</u>	<u>7.908</u>

Notas Explicativas

26. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

26.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

Controladora

	Custos de operação		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.344)	(3.278)	-	-	(2.344)	(3.278)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.010)	(800)	-	-	(1.010)	(800)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(803)	(932)	-	-	(803)	(932)
Pessoal.....	(30.042)	(21.667)	-	-	(30.042)	(21.667)
Material.....	(841)	(1.049)	-	-	(841)	(1.049)
Serviço de terceiros.....	(18.347)	(9.998)	-	-	(18.347)	(9.998)
Depreciação.....	(679)	(631)	-	-	(679)	(631)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(4.057)	-	-	-	(4.057)	-
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	-	6.277	-	-	-	6.277
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(3.299)	(1.531)	-	-	(3.299)	(1.531)
Baixa imobilizado.....	-	-	(3.165)	-	(3.165)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	142	-	142
Outras.....	(8.168)	(2.034)	-	-	(8.168)	(2.034)
Total.....	(69.590)	(35.643)	(3.165)	142	(72.755)	(35.501)

Notas Explicativas

Consolidado

	Custos de operação		Outras receitas e despesas				TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.880)	(3.278)	-	-	(4.880)	(3.278)	(4.880)	(3.278)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.105)	(800)	-	-	(1.105)	(800)	(1.105)	(800)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(803)	(932)	-	-	(803)	(932)	(803)	(932)
Pessoal.....	(30.042)	(21.667)	-	-	(30.042)	(21.667)	(30.042)	(21.667)
Material.....	(841)	(1.049)	-	-	(841)	(1.049)	(841)	(1.049)
Serviço de terceiros.....	(18.352)	(10.005)	-	-	(18.352)	(10.005)	(18.352)	(10.005)
Depreciação.....	(679)	(631)	-	-	(679)	(631)	(679)	(631)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(4.057)	-	-	-	(4.057)	-	(4.057)	-
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	-	6.277	-	-	-	6.277	-	6.277
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(3.299)	(1.531)	-	-	(3.299)	(1.531)	(3.299)	(1.531)
Baixa imobilizado.....	-	-	(3.165)	-	(3.165)	-	(3.165)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	142	-	142	-	142
Outras.....	(8.253)	(2.043)	-	-	(8.253)	(2.043)	(8.253)	(2.043)
Total.....	(72.311)	(35.659)	(3.165)	142	(75.476)	(35.517)	(75.476)	(35.517)

Notas Explicativas

26.2 Para os semestres findos em 30 de Junho

Controladora

	Custos de operação		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.949)	(12.630)	-	-	(4.949)	(12.630)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.996)	(1.633)	-	-	(1.996)	(1.633)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(1.741)	(2.970)	-	-	(1.741)	(2.970)
Pessoal.....	(53.355)	(44.565)	-	-	(53.355)	(44.565)
Material.....	(1.554)	(1.785)	-	-	(1.554)	(1.785)
Serviço de terceiros.....	(24.853)	(19.863)	-	-	(24.853)	(19.863)
Depreciação.....	(985)	(938)	-	-	(985)	(938)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	-	(8.865)	-	-	-	(8.865)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	5.470	-	-	-	5.470	-
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(4.036)	(3.105)	-	-	(4.036)	(3.105)
Baixa imobilizado.....	-	-	(3.165)	-	(3.165)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	1.372	-	1.372
Outras.....	(14.358)	(8.964)	-	-	(14.358)	(8.964)
Total.....	(102.357)	(105.318)	(3.165)	1.372	(105.522)	(103.946)

Notas Explicativas

Consolidado

	Custos de operação		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Energia elétrica comprada para revenda.....	(7.485)	(12.630)	-	-	(7.485)	(12.630)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.182)	(1.633)	-	-	(2.182)	(1.633)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.741)	(2.970)	-	-	(1.741)	(2.970)
Pessoal.....	(53.355)	(44.565)	-	-	(53.355)	(44.565)
Material.....	(1.554)	(1.785)	-	-	(1.554)	(1.785)
Serviço de terceiros.....	(24.860)	(19.873)	-	-	(24.860)	(19.873)
Depreciação.....	(985)	(938)	-	-	(985)	(938)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	-	(8.865)	-	-	-	(8.865)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	5.470	-	-	-	5.470	-
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(4.036)	(3.105)	-	-	(4.036)	(3.105)
Baixa imobilizado.....	-	-	(3.165)	-	(3.165)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	1.372	-	1.372
Outras.....	(14.481)	(8.977)	-	19	(14.481)	(8.958)
Total.....	(105.209)	(105.341)	(3.165)	1.391	(108.374)	(103.950)

Notas Explicativas

Energia comprada para revenda

Para atender aos compromissos firmados antes do novo regime de contratação de energia e potência estabelecido na prorrogação da concessão com consumidores livres de energia elétrica, a Companhia adquiriu 9 MW médios de energia no mercado.

27. RESULTADO FINANCEIRO

27.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014	2º trimestre 2015	2º trimestre 2014
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	989	1.662	1.408	1.329
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	581	-	581
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	6.703	7.101	6.703	7.101
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	105	28	105	28
Outras.....	10	339	10	339
	<u>7.807</u>	<u>9.711</u>	<u>8.226</u>	<u>9.378</u>
Despesas				
Juros	-	-	(1.934)	(1.494)
Juros Capitalizados.....	-	-	-	1.494
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(226)	(40)	(226)	(40)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(45)	(38)	(45)	(38)
Juros sobre RGR.....	(202)	(202)	(202)	(202)
	<u>(473)</u>	<u>(280)</u>	<u>(2.407)</u>	<u>(280)</u>
Variações Monetárias				
Arrendamento UTE Piratininga.....	14.624	3.657	14.624	3.657
Outras variações monetárias	15	(248)	15	(248)
	<u>14.639</u>	<u>3.409</u>	<u>14.639</u>	<u>3.409</u>
	<u>21.973</u>	<u>12.840</u>	<u>20.458</u>	<u>12.507</u>

Notas Explicativas

27.2 Para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	Ajustado		Ajustado	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.683	3.433	3.169	3.433
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	1.087	-	1.087
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	13.258	14.046	13.258	14.046
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	260	70	260	70
Outras.....	80	360	80	360
	<u>16.281</u>	<u>18.996</u>	<u>16.767</u>	<u>18.996</u>
Despesas				
Juros	-	-	(3.760)	(5.033)
Juros Capitalizados.....	-	-	-	5.033
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(1.315)	(40)	(1.315)	(40)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(88)	(157)	(88)	(157)
Juros sobre RGR.....	(405)	(405)	(405)	(405)
	<u>(1.808)</u>	<u>(602)</u>	<u>(5.568)</u>	<u>(602)</u>
Variações Monetárias				
Arrendamento UTE Piratininga.....	28.150	19.778	28.150	19.778
Outras variações monetárias	16	720	16	720
	<u>28.166</u>	<u>20.498</u>	<u>28.166</u>	<u>20.498</u>
	<u>42.639</u>	<u>38.892</u>	<u>39.365</u>	<u>38.892</u>

28. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2015	09.04.2016	2.500	223
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.08.2014	08.08.2015	6.000	105
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	12.11.2014	12.11.2015	324	2
			<u>8.824</u>	<u>330</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

Notas Explicativas

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

O grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (Nota 5); Serviços de canal do Rio Pinheiros (Nota 6); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 9); Outros créditos (Nota 10); Ativo financeiro indenizável (Nota 13) e Ativo reversível da concessão (Nota 14).

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de junho de 2015 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

Notas Explicativas

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2014, com CDI overnight de 11,51% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2015	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		13,64%	10,23%	6,82%
Controladora	43.514	5.935	4.451	2.968
Consolidado	46.382	6.327	4.745	3.163

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2014, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
Liberado pelo BNDES	101.526	5.076	6.345	7.614

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Consolidado					
Fornecedores	6.987	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (BNDES)	1.607	4.822	6.560	26.240	60.679
Dividendos e juros sobre capital próprio	87	-	-	-	-
Total	8.681	4.822	6.560	26.240	60.679

Notas Explicativas

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

(a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência, exceto em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

(a.8) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

Em 29 de julho de 2014, A ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 1.767 de 29 de julho de 2014, na qual homologou as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei 12.783/2013 e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e de potência. As receitas definidas nesse instrumento estarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	<u>REH 1.767/14</u>
Henry Borden	104.996
Porto Góes	4.599
Rasgão	<u>3.133</u>
	<u>112.728</u>

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 11% em relação a RAG anterior, o que reflete basicamente os custos da gestão dos ativos de geração (GAG) que de acordo com a nota técnica 043/2014 da SRG/ANEEL, aumentou 11% em relação ao período anterior.

Notas Explicativas

30. PIRAPORA ENERGIA S.A.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, segue demonstrativos das informações financeiras da controlada:

	<u>30.06.15</u>	<u>31.12.14</u>
Ativo	171.655	166.469
Passivo	105.141	106.655
Patrimônio Líquido	66.514	59.814
	<u>30.06.15</u>	<u>31.12.14</u>
Lucro (Prejuízo) do Período	6.700	(359)

	<u>Controlada</u>
Saldo em 31.12.2013	27.259
Integralização de capital	32.914
Resultado de equivalência patrimonial	(359)
Saldo em 31.12.2014	59.815
Resultado de equivalência patrimonial	6.700
Saldo em 30.06.2015	<u>66.515</u>

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Companhia Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE obteve, durante o período findo em 30 de junho de 2015, lucro de R\$ 6.700.

Em 19.12.2014, mediante Despacho nº 4.867/2014, a ANEEL liberou a operação em teste das duas unidades geradoras da PCH. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014 de 30.12.2014, e 4.955/2014 de 31.12.2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30.07.2010.

Em 03.01.2015, devido a falhas de dimensionamento no projeto executivo, foi necessário a paralisação das duas unidades geradoras.

Imediatamente o Consórcio PCH Pirapora, responsável pela obra, foi acionado pela Administração da EMAE e, em conjunto, alinharam um plano de trabalho para a realização das recuperações necessárias para o retorno das operações das duas unidades geradoras.

Em decorrência, em 30.03.2015 foi firmado aditivo ao contrato, prorrogando-se o prazo contratual, para 31.10.2015, ratificando-se a cláusula prevista no contrato original, de que o Consórcio se compromete a garantir todo o empreendimento, pelo prazo de 60 meses, a partir da data de entrada em operação das duas unidades geradoras e, em consequência, todos os custos inerentes.

Notas Explicativas

O cronograma definido no plano de trabalho prevê o retorno da primeira unidade de geração para julho/2015 e da segunda unidade para outubro/2015.

Cabe destacar que, cláusula constante do aditivo contratual, reserva à EMAE, o direito de demandar a reparação de danos eventualmente sofridos até a data de assinatura do instrumento, ou seja, 30.03.2015.

Visando medir o impacto financeiro da paralisação, nos termos do pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a EMAE elaborou a projeção do Fluxo de Caixa do empreendimento, apurando resultado superior ao custo e, portanto, concluindo que não há necessidade de reconhecimento de perdas. Adicionalmente, a Administração da Companhia, avaliou os covenants qualitativos referentes ao contrato de financiamento com o BNDES e não identificou cláusulas que permitem o vencimento antecipado.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – UTE PIRATININGA

Em 07.07.2015, por ocasião da 24ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica foi retirada de pauta na fase de debates o Processo no. 48500.002658/2005-48, que trata da extinção da Concessão da UTE Piratininga, face aos argumentos apresentados pela EMAE cujos bens vinculados à prestação dos serviços de geração de energia elétrica permanecem registrados no acervo patrimonial da EMAE. Até a presente data, não temos informações a respeito do direito de indenização caso a Concessão não seja renovada.

A referida UTE teve sua Concessão transferida da EMAE para a BSE - Baixada Santista Energia S.A. ("BSE"), empresa controlada pela Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), por ocasião da celebração do Contrato de Arrendamento dos Ativos de Geração da UTE Piratininga ("Contrato"), firmado em 27/04/2007 entre a EMAE e a Petrobrás, com vigência até 2024, o qual foi devidamente homologado pela ANEEL (maiores detalhes do Contrato na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2014). Cumpre salientar que os bens afetos à Concessão não foram vinculados à prestação dos serviços de geração de energia elétrica por parte da BSE, ou seja, os ativos vinculados à UTE permanecem registrados como ativos da EMAE.

A EMAE, como parte interessada e surpreendida pelo encaminhamento a ser dado ao assunto, pois aguardava uma decisão a respeito da prorrogação da concessão, conforme termos e prazos tempestivamente solicitado pela BSE, manifestou-se na referida reunião da Diretoria da ANEEL, arguindo, entre outros aspectos, que a eventual extinção da Concessão acarretaria a imediata redução da disponibilidade de 180 MW para o Sistema Interligado Nacional – SIN, correspondentes à geração das unidades 3 e 4 da UTE e que fazem parte da operação em ciclo combinado com a UTE Fernando Gasparian, da Petrobrás, com evidente prejuízo ao serviço público de energia elétrica, agravado pelo atual contexto de crise hídrica. Diante do exposto, solicitou a reanálise do assunto, no sentido de se considerar a possibilidade de prorrogação da Concessão nos termos já solicitados, ou pelo prazo suficiente para que as partes possam realizar e apresentar à ANEEL estudos conclusivos sobre o efetivo tempo de vida útil da UTE e sobre a viabilidade de novos investimentos para sua modernização.

Nesse mesmo sentido, manifestou-se o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, ratificando o fato de que na atual condição hidroenergética do SIN, não será possível prescindir de qualquer recurso de geração térmica.

Notas Explicativas

No momento, a EMAE realiza estudos no sentido de reiterar pleito de prorrogação da Concessão nos termos já solicitados, ou pelo prazo suficiente para que as partes possam realizar e apresentar à ANEEL estudos conclusivos sobre o efetivo tempo de vida útil da UTE e sobre a viabilidade de novos investimentos para sua modernização.

Em 15.07.2015, a EMAE divulgou Comunicado ao Mercado sobre os fatos ora comentados.

31.2 - REVISÃO DA RECEITA ANUAL DE GERAÇÃO.

Em 28 de julho de 2015 a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.924, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	REH 1.924/15
Henry Borden	122.497
Porto Góes	5.390
Rasgão	4.737
	132.624

O reajuste homologado apresenta um aumento de aproximadamente 17% em relação RAG anterior.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 13, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 33.366 mil em 30 de junho de 2015, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 14, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 274.378 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 30 de junho de 2015 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da adoção do ICPC 01/ IFRIC 12 – Contratos de concessão, as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2